



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO - CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - UAEDUC
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

TUANE SOARES PEREIRA

**ANALISE DO PRONAF E O DESENVOLVIMENTO RURAL NO MUNICÍPIO DE
SUMÉ - PARAÍBA**

SUMÉ – PB

2017

TUANE SOARES PEREIRA

**ANALISE DO PRONAF E O DESENVOLVIMENTO RURAL NO MUNICÍPIO DE SUMÉ
- PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, da Unidade Acadêmica de Educação do Campo, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande.

Orientador: Profº Drº Luiz Antonio Coêlho da Silva.

SUMÉ – PB

2017

P436a Pereira, Tuane Soares.
Análise do PRONAF e o desenvolvimento rural no município de Sumé/Paraíba. / Tuane Soares Pereira. - Sumé - PB: [s.n], 2017.

54 f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Coêlho da Silva.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Políticas Públicas 2. Agricultura Familiar. 3. Desenvolvimento Rural. I. Título.

CDU: 338.43(043.1)

TUANE SOARES PEREIRA

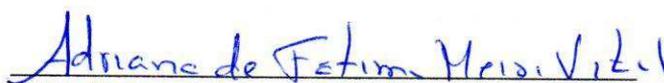
**ANALISE DO PRONAF E O DESENVOLVIMENTO RURAL NO MUNICÍPIO DE
SUMÉ - PARAÍBA**

Artigo científico apresentado ao Curso Superior em Gestão Pública, da Unidade Acadêmica de Educação do Campo, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

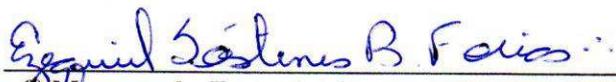
BANCA EXAMINADORA



Profº Dr. Luiz Antonio Coêlho da Silva
Orientador – CDSA/UFCG



Profº Dra. Adriana de Fátima Meira Vital
Examinador 01 – CDSA/UFCG



Profº Mestrando Ezequiel Sóstenes Bezerra Farias
Examinador 02 – CCHSA/UFPB

Aprovação em 05 de setembro de 2017.

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa com maior amor aos principais incentivadores e responsáveis pelo êxito obtido, a meus amados pais agricultores familiares, Maria Mônica Bernardino Soares e Ronaldo Pereira, aos quais sou grata, por todo amor e confiança depositada. Eles que são a maior inspiração e motivação para realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus Pai todo poderoso, pelas bênçãos que têm me concedido, por me manter de pé em momentos tão difíceis na minha vida; agradeço a meus amados pais agricultores familiares, Maria Mônica Bernardino Soares e Ronaldo Pereira, aos quais sou eternamente grata; minha querida irmã Tainara Soares Pereira pela motivação e toda a minha família por todo carinho.

A Universidade Federal de Campina Grande-UFCG pela oportunidade da formação superior, e toda a comunidade acadêmica do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido.

Ao Programa de Educação Tutorial - PET e o Projeto de Extensão - PROEXT, onde tiveram uma colaboração inenarrável na minha formação e que constituem uma transmissão de conhecimento entre a sociedade e a Universidade.

A Secretaria de Agricultura Familiar do Município de Sumé-PB pelas informações prestadas que viabilizaram essa pesquisa, ao Banco do Nordeste, que disponibilizaram dados atualizados os quais foram fornecidos a minha pesquisa.

Gratidão a todos os meus mestres, por todo conhecimento passado, meus queridos professores, em especial meu Orientador/Tutor Prof. Dr. Luiz Antônio Coêlho da Silva que me proporcionou um grande suporte e auxílio na construção deste trabalho; Não poderia deixar de agradecer a todos meus amigos (as), Aline Vilar, Amanda Chirley, Jefferson Gomes, Samara Filismino, José Albano, Adauto Rênio e todos os outros que estiveram junto a mim nessa jornada acadêmica.

RESUMO

Este trabalho constitui-se de um estudo de caso no Município de Sumé, no estado da Paraíba e teve como objetivo principal analisar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF frente as suas contribuições sociais e econômicas para o desenvolvimento local dos agricultores familiares beneficiários deste programa no município de Sumé-PB. Quanto aos objetivos específicos pretendeu-se descrever a importância do PRONAF para a agricultura familiar; apontar os impactos presentes na agricultura familiar no município de Sumé-PB; identificar o desenvolvimento rural para o município de Sumé a partir das contribuições do PRONAF, e identificar se houve mudanças na qualidade de vida para os agricultores a partir de incentivos provenientes do PRONAF. Nessa pesquisa os procedimentos metodológicos estão pautados na realização de uma pesquisa descritivo exploratório, com análise bibliográfica e documental, de natureza quali-quantitativa, através de um estudo de caso e como técnica de dados foi utilizada a observação com a aplicação de questionários com questões abertas e fechadas. Na pesquisa constatou-se que o programa PRONAF tem suas significativas contribuições socioeconômicas, fornecendo ajuda para os agricultores do município de Sumé-PB, o que têm impactado positivamente na qualidade de vida dos agricultores, sendo gerador de um potencial para um maior desenvolvimento rural/local.

Palavras - Chave: Agricultura Familiar. Desenvolvimento Rural. PRONAF.

ABSTRACT

This work is a case study in the Municipality of Sumé, in the state of Paraíba, and its main objective is to analyze the National Program for Strengthening Family Agriculture-PRONAF regarding its social and economic contributions to the local development of beneficiary family farmers Of this program in the municipality of Sumé-PB. The specific objectives are to describe the importance of PRONAF for family farming; To point out the impacts of family farming in the city of Sumé-PB; To identify rural development for the municipality of Sumé from the contributions of PRONAF, and to identify if there were changes in the quality of life for farmers from incentives from PRONAF. In this research the methodological procedures are based on the accomplishment of a descriptive exploratory research, with bibliographical and documentary analysis, of a qualitative and quantitative nature, through a case study and as data technique was used the observation with the application of questionnaires with open questions And closed. In the research, it was verified that the PRONAF program has its significant socioeconomic contributions, providing aid to the farmers of the municipality of Sumé-PB, which have positively impacted the quality of life of farmers, generating a potential for greater rural / local.

KEY-WORDS: Family farming. Rural Development. PRONAF.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

PIB - Produto Interno Bruto

BB - Banco do Brasil

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

CMN - Conselho Monetário Nacional

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

GS - Garantia Safra

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	BREVE EXPLICAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS	13
2.1	O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?.....	13
2.2	CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	14
3	AGRICULTURA FAMILIAR	17
3.1	AGRICULTURA FAMILIAR	17
3.2	IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR	19
4	PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR- (PRONAF)	20
4.1	HISTÓRICO E CONCEITO	20
4.2	CARACTERÍSTICAS E PARTICULARIDADES DO PRONAF	22
4.3	AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL/LOCAL.....	24
5	CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO PRONAF: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ- PB	26
5.1	CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ/PARAÍBA.....	26
5.2	A DINÂMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SUMÉ/PB	28
6	METODOLOGIA	29
7	ANALISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
7.1	PERFIL DOS ENTREVISTADOS	32
7.2	PROGRAMA NACIONAL DE FORTACELIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – O IMPACTO SOCIOECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	33
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	433
	APÊNDICE A	455
	APÊNDICE B	459

1 INTRODUÇÃO

O papel do Estado diante das disposições feitas pela constituinte de 1988 passa a ter inúmeras atribuições diante das garantias e direitos fundamentais do cidadão as quais que lhes compete. Com tantas obrigações conferidas ao Estado; os governos e suas respectivas atuações passam a interferir por meio das políticas públicas no processo, tornando-se fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade. As decisões e ações dos governos em conjunto, devem ser pensadas e planejadas com observância nos anseios da população em diferentes áreas, como exemplo, as políticas públicas culturais, sociais, educacionais, agrícolas, agrárias, etc.

Logo, o processo de valorização das políticas públicas agrárias só ganham espaço nas agendas dos governantes após o período militar com a promulgação da Constituição Federal de 1988, com um alargamento dos direitos e das lutas feitas pelos movimentos sociais; a partir de então, tornou-se uma preocupação para se investir, começando-se a ser discutidas propostas em prol das políticas agrícolas.

A agricultura familiar é um fator econômico na sustentação da economia em diversos municípios em várias regiões do nosso país. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) constitui uma das principais Políticas Públicas agrícolas no Brasil, responsável pelo crescimento econômico e, sobretudo do desenvolvimento sustentável rural nos últimos anos. Desde sua criação em 1996, o programa conta com incentivos por meio de créditos fornecidos aos agricultores familiares, este elemento vem promovendo impactos sociais e econômicos, tanto em níveis regionais quanto locais. Sendo assim, será analisado o programa no município de Sumé-PB no ano de 2017, considerando até o mês de julho do corrente ano, nos aspectos sociais e econômicos contemplados pelo PRONAF, na percepção dos agricultores familiares beneficiários.

Diante disso, a problemática que orientou esta investigação é: **Quais os impactos socioeconômicos na vida dos agricultores familiares do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no município de Sumé-PB?**

O objetivo desse estudo é analisar o PRONAF frente as suas contribuições sociais e econômicas para o desenvolvimento local dos agricultores familiares beneficiários deste programa no município de Sumé-PB; Quanto aos objetivos específicos pretende-se descrever a importância do PRONAF para a agricultura familiar; apontar os impactos presentes na

agricultura familiar no município de Sumé-PB; identificar o desenvolvimento rural para o município de Sumé a partir das contribuições do PRONAF e identificar se houver mudanças na qualidade de vida para os agricultores a partir de incentivos provenientes do PRONAF.

Nessa pesquisa os procedimentos metodológicos estão pautados na realização de uma pesquisa descritivo exploratório, através de um estudo de caso no município de Sumé/PB, com análise bibliográfica e documental, de natureza quali-quantitativa; para tanto foi feito um levantamento de informações com aplicação de questionários semiestruturados aplicados com questões abertas e fechadas aos agricultores familiares beneficiários do PRONAF.

Este trabalho se justifica pela importância que a agricultura familiar exerce frente ao desenvolvimento local e rural. O presente estudo poderá servir de instrumento de consulta por futuros gestores públicos da região, colaborando para o aperfeiçoamento das Políticas Públicas destinadas a agricultura familiar, fornecendo melhoria e qualidade de vida para os agricultores do próprio município e promovendo o desenvolvimento através do aprimoramento de realidade local do município, por meio uma avaliação a nível local.

Além deste trabalho ter uma justificativa pessoal, possui um ainda um valor simbólico, pois a pesquisadora deste trabalho vem de um contexto familiar na Zona Rural do Sítio Quebra, na cidade de São José do Egito-Pernambuco, onde surgiu a motivação para este estudo, já que a mesma se identifica com esta realidade rural e os seus desafios e limitações para o desenvolvimento local; A pesquisadora verificou que os benefícios de programas sociais voltados para a agricultura, a exemplo o PRONAF constitui um elemento de subsídio para a sobrevivência das adversidades do campo. Justificam-se ainda pelas contribuições acadêmicas que este tema pode ocasionar, já que estudar o meio rural não é uma preocupação emergente das academias, mas que demanda um maior olhar social, para beneficiar a sociedade que necessita destes programas.

O presente trabalho possui a seguinte estrutura: o primeiro capítulo busca mostrar as breves considerações iniciais sobre políticas públicas e a agricultura familiar e sua importância para o desenvolvimento local, bem como os fatores e as contribuições e os desafios do programa. O segundo capítulo apresenta uma exposição mais detalhada sobre a política pública do PRONAF; Em seguida, suas características e particularidades e a agricultura familiar como forma de desenvolvimento rural; o terceiro capítulo trata dos procedimentos metodológicos, tipo e natureza da pesquisa e os instrumentos a ser utilizado de coletas de dados obtidos com seus respectivos resultados. E por fim, são apresentadas as considerações finais, as referências utilizadas para a realização desta pesquisa e os apêndices.

2 BREVE EXPLICAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas podem ser consideradas como o conjunto de programas, ações, planos e atividades desenvolvidas pelo Estado, com a participação de entes públicos, que visa assegurar determinado direito de cidadania e alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. Neste tópico, trataremos do conceito e particularidades das políticas públicas, e o ciclo das políticas públicas que estão intimamente ligados à função do Estado em solucionar as demandas sociais, por meio de um planejamento, onde suas ações vão impactar na vida da população em prol do desenvolvimento.

2.1 O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

As políticas públicas são ações dos governantes nas mais diversas áreas, como saúde, educação, segurança, etc., nas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) as quais são criadas de acordo com as necessidades da sociedade. De acordo com Silva e Bassi (2012) dada as atribuições legais conferidas ao governo, deve este atender as demandas da sociedade; o Estado em conjunto com os governos detém o poder e obrigações postas pela constituição de 1988, com tantas responsabilidades e importância para a sociedade, sendo necessário agir de forma planejada e estratégica na sua intervenção, que ocorre por meio de políticas públicas.

Dentre alguns conceitos que definem políticas públicas o mais conhecido é defendido por Souza (2006) onde argumenta que as decisões e análises sobre política pública implicam, em linhas gerais, responder as questões: “quem ganha o quê, por que e que diferença faz”., ou seja, são ações destinadas a resolver os anseios enfrentados pela sociedade, levando em consideração as prioridades.

Segundo Souza (2006) conceitua-se sucintamente políticas públicas como sendo um campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Além de implementar políticas públicas existe um planejamento que depende dos resultados e impactos obtidos, sendo necessário avaliação.

Todavia podemos citar outros conceitos para definir políticas públicas utilizadas por Souza (2006), no quadro 01, a seguir:

Quadro 01-Definições de Políticas Públicas

AUTORES	DEFINIÇÃO
Mead (1995)	Um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.
Lynn (1980)	Um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.
Peters (1986)	Política pública é a soma das atividades do governo que agem diretamente ou através de delegações, e que influenciam a vida dos cidadãos.
Dye (1984)	O que o governo escolhe fazer ou não fazer.

Fonte: Adaptado de Souza (2006).

Independente de qual conceito utilize-se para definir políticas públicas, sempre elas vão destacar o papel do Estado e suas respectivas ações. Portanto, as políticas públicas para serem bem desenvolvidas são necessárias que passem por um planejamento que compõe vários estágios, conhecido como ciclo de políticas públicas que será abordado no item seguinte.

2.2 CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas estão associadas ao papel do Estado na resolução dos problemas da população, que impactam diretamente na vida dos cidadãos, por isso, elas devem ser bem planejadas. Frey (2000) ressalta que elas possuem uma complexidade no processo de elaboração até implementação, já que passam por várias modificações dentro do seu processo, logo todas essas dinâmicas do ciclo das políticas públicas é impossível determinar, com precisão cada fase do ciclo. Para que as políticas públicas sejam bem estruturadas e surtam efeitos, devem passar por um processo que envolve várias etapas de planejamento.

Figura 1: Etapas de planejamento das políticas públicas



Fonte: Elaboração própria de acordo com Frey (2000)

É necessário que as políticas públicas passem por cada fase do seu ciclo, onde o primeiro estágio são percepção e definição de problemas, ou seja, consiste no processo de identificação dos problemas, conhecer e reconhecer tal como uma questão digna de sua atenção. Para Frey (2000) um problema pode ser percebido e reconhecido como tal, quando eles passam a ter relevância político-administrativa por grupos sociais, políticos ou pela administração pública. “geralmente são a mídia e outras formas da comunicação política e social que contribuem para que seja atribuída relevância política a um problema peculiar” (FREY, 2000, p. 227). Assim, nem sempre os problemas vão necessariamente compor as agendas para ser solucionadas, a não ser que estas estejam dentro das reais intenções dos agentes políticos.

Em seguida, têm-se a fase de definição da agenda ou agenda *setting*, como trata Klaus Frey (2000) é nesta fase que vai se decidir o que vai entrar e o que sair como pauta, levando em consideração sua relevância para suas futuras ações. Elas devem levar em consideração vários fatores, como por exemplo: custos, benefícios e chances de entrar na arena política, entre outros fatores trabalhados que envolvem o olhar dos atores.

Paralelamente, Souza (2006) acredita que a fase de definir a agenda, está diretamente relacionada com o processo decisório e forma como os governantes focam suas respectivas ações, que podem ser de três modos: (a) foco nos problemas, onde eles definem sua agenda assumindo que deve fazer algo sobre eles; (b) foco na política, na qual constrói a consciência coletiva sobre o problema a ser enfrentado, e por último (c) foco nos participantes, classificados como visíveis (políticos, partidos, mídia) e invisíveis (acadêmicos e burocratas).

Logo depois, temos a fase de elaboração de programas de decisão, como o próprio nome sugere é o processo de escolhas de soluções para tais problemas, ou seja, qual política pública a ser utilizada, mas não é apenas escolher. Frey (2000) defende que deve ser escolhida a mais apropriada entre as várias ações a serem tomadas; como ele mesmo coloca “decisões verdadeiras”, das inúmeras ações que eventualmente poderiam seguir no processo de elaboração, onde vão ter aquelas decisões que realmente vão ser seguidas.

Entretanto, esta fase de elaboração possui complexidade, existe uma gama de soluções, não é apenas escolher soluções, mas sim a melhor e mais coerente solução, já que não existe uma ideal. Oliveira (2006) descreve que essa construção deve ocorrer baseada em informações precisas, com capacidade de articulação e compreensão do processo pelos atores envolvidos mais influentes na política e na administração. Este compõe um fator de controle na determinação de programas e elaboração de políticas pública. Trata-se assim de um grupo (elite) que busca seus interesses particulares e do grupo.

Posteriormente, inicia-se o processo de implementação de políticas públicas, que para Heidemann (2009) se consolida no que foi definido na agenda pela tomada de decisões, pois se não forem executadas (implementadas) não passam de intenções. É nesta fase que se materializa a política pública como ação; ela só se torna efetiva quando implementada; a fase de implementação é um conjunto de ações, onde é possível observar o formato do programa para começar se ter a obtenção dos primeiros resultados.

A avaliação da política e da correção de ação é a última fase, na qual são analisadas e monitoradas as políticas públicas. A partir de tais avaliações verifica-se os impactos obtidos e metas alcançadas, mas que apesar de se tratar da última fase do ciclo, não necessariamente significa o término do processo, mas sim reformulação ou até mesmo o reinício do ciclo dependendo dos impactos e dos resultados obtidos da ação.

Frey (2000) descreve esta etapa de avaliação e a eventual correção da ação como sendo:

Trata-se de indagar os déficits de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder deduzir conseqüências para ações e programas futuros. A avaliação ou controle de impacto pode, no caso de os objetivos do programa terem sido alcançados, levar ou à suspensão ou ao fim do ciclo político, ou, caso contrário, à iniciação de um novo ciclo, ou seja, a uma nova fase de percepção e definição e a elaboração de um novo programa político ou á modificação do programa anterior (FREY, 2000, p. 228)

A avaliação desenvolve e constitui etapa fundamental dentro do processo de criação de uma política pública, onde se podem mensurar os efeitos da ação e permite que os formuladores tenham um feedback dos resultados, além de identificar se as metas traçadas

pelo programa foram atingidas, no intuito de criar ações para resoluções dos anseios da sociedade, necessitando de monitoramento constante. Ela é capaz de analisar se determinada política pública merece ser revista ou até cancelada.

É nesse sentido que o presente trabalho busca analisar o impacto da política pública do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF para os agricultores do município de Sumé-PB, ou seja, avaliar minimamente essa ação do governo a nível municipal, mais ainda, se este programa cumpriu com seus objetivos e metas dentro de suas perspectivas de desenvolvimento rural, nos seus aspectos sociais e econômicas a qual este trabalho se objetiva e que trataremos com as devidas particularidades nos tópicos seguintes.

3 AGRICULTURA FAMILIAR

Considerando o papel social e econômico que a agricultura exerce para os trabalhadores rurais e suas respectivas famílias, Denardi (2001) enfatiza que a unidade familiar é ao mesmo tempo uma unidade de produção, de consumo e sobre tudo de reprodução social; sendo, a agricultura e suas principais características será contemplados no tópico seguinte.

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar constitui um pilar na sustentação da economia em diversos municípios das regiões do nosso país. A agricultura familiar não é apenas o trabalho de plantações por membros da mesma família, portanto, deve “considerar que a agricultura familiar está relacionada a outros aspectos ligados à família, ao trabalho, à terra e ao ambiente” (MELO E RIBEIRO 2008, p. 23). Esta agricultura torna-se um elemento complexo e possui um caráter social e econômico para os agricultores.

Sendo assim, na busca em uma definição mais abrangente e completa para conceituar a agricultura familiar, Schneider (2006) define a agricultura familiar levando em consideração três fatores: (a) primeiro, refere-se à forma de uso do trabalho, onde as unidades utilizados são predominantemente a força de trabalho dos membros da família; (b) segundo, considerando os obstáculos oferecidos pela natureza que impede a correspondência entre a atividade produtiva agrícola e a industrial; e (c) terceiro, diz respeito à teoria social que considera o

desenvolvimento agrário como um processo macrossocial e econômico, sem levar em conta a resiliência das famílias e suas formas de interação.

Denardi (2001) conceitua a agricultura familiar em suas características marcantes, como sendo:

Em linhas gerais, os empreendimentos familiares têm duas características principais: eles são administrados pela própria família; e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Vale dizer: a gestão é familiar e o trabalho é predominantemente familiar. Podemos dizer, também, que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de consumo, uma unidade de produção e de reprodução social (DENARDI, 2001, p. 2)

Logo, o agricultor familiar também chamado de trabalhador rural ou pequeno agricultor trabalha na sua terra e desempenha suas atividades junto a sua família, este agricultor está inserido no meio rural, sua produção se limita unicamente e exclusivamente para sua própria alimentação e de sua família, que é detentora de seu auto-sustento, sem necessidade de terceiros, o que antigamente era conhecido também como agricultura de subsistência.

No Brasil, a agricultura familiar foi assim definida na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento.
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 04 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes.
- II - agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;
- IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

A partir da lei nº 11.326, pode-se ter maior discernimento e compreensão de quem se classifica como agricultor familiar, onde este trabalha na sua pequena propriedade localizada na zona rural com ajuda dos membros familiares, respectivamente, se enquadram dentro das condicionalidades expostas pela própria lei para fazer parte dos programas e projetos do governo, ou seja, a lei estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar. Nota-se, todavia que programas (políticas públicas) de incentivo a fim de fomentar essa atividade produtiva significa explorar um grande potencial presente no Brasil. O subitem seguinte será dedicado a descrever a importância da agricultura familiar de forma mais consistente.

3.2 IMPORTÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é responsável por uma significativa parcela da produção, estando na base do consumo das famílias, ou seja, produzem para alimentação familiar, porém o que se excede da pequena produção é destinado para complementar à renda, ou seja, o que plantam é destinado para sua própria alimentação, por isso a denominação agricultura familiar de subsistência.

No tocante à importância econômica da agricultura familiar, pelos dados obtidos pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (2016), são cerca de mais de 410 mil agricultores familiares vivendo no estado da Paraíba. As famílias rurais paraibanas são responsáveis pela produção de 92% do arroz, 88% da mandioca e do feijão, 86% do café e 84% do milho no estado. São quase 150 mil estabelecimentos da agricultura familiar na Paraíba (BRASIL, MDA, 2016).

Os agricultores familiares são geralmente os mais geram empregos e fortalece o desenvolvimento local, pois são responsáveis por uma parcela significativa da produção agrícola, distribuem melhor a renda e potencializam a economia local nos municípios onde vivem, ou seja, são os agricultores familiares que alimentam as pessoas da sua própria comunidade, impactando no desenvolvimento local (BORGES e SANTOS, 2012).

Todavia, mesmo com todas as adversidades e todo contexto de seca existente no nordeste, a agricultura persiste impactando na economia, em nível estadual, só no estado da Paraíba, pelos dados do PRONAF foram quase 73 mil contratos de custeio e de investimento neste programa, totalizando R\$ 244,2 milhões para melhorias nas propriedades de agricultores familiares (BRASIL, MDA, 2016).

De acordo com Sachs, (2004), a agricultura familiar tem, portanto um longo futuro à frente, constitui um setor promissor viável. O autor destaca ainda que ela é geradora de empregos e auto empregos a um custo inferior que qualquer outro, e supera qualquer alternativa na zona urbana, paralelamente se promove empregos, gera renda, e garantia financeira para as famílias, desta forma a mesma possui um poder de gerar o desenvolvimento local no município que investe em políticas públicas destinadas para agricultores.

Tendo em vista a importância da agricultura familiar, as políticas públicas voltadas para agricultura familiar independente dos seus objetivos ou metas ou até da sua linha de atuação que se destina. É considerada fundamental do ponto de vista social e econômico, tanto pelo papel que desenvolve dentro do contexto rural, quanto pelas perspectivas de desenvolvimento que geram.

4 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

Mattei (2014) enfatiza as políticas públicas que promovem o desenvolvimento rural, capazes de resgatar a importância econômica e os valores inseridos a população do campo, bem como a valorização do sistema familiar de produção. Nesta seção abordaremos uma síntese história e a definição sobre a política pública do PRONAF, bem como particularidades e finalidade do programa.

4.1 HISTÓRICO E CONCEITO

O processo de valorização das políticas públicas agrárias só ganha espaço nas agendas dos governantes após o período militar com a promulgação da Constituição Federal de 1988, com um crescimento dos direitos e as lutas dos movimentos sociais, com isso se gerou uma preocupação para se investir em políticas públicas agrárias. Paralelamente, Pereira (2002) ver a necessidade de buscar novas formas de promover o avanço do Brasil. Na década de 1990, com o governo de Itamar Franco começou-se a ter medidas em prol de uma economia não só baseada no crescimento, mas levando em consideração o bem-estar social.

A primeira política pública destinada unicamente à agricultura familiar foi implementada em 1996 pelo decreto presidencial nº1.946/96, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com a proposta de dar incentivos fiscais

no apoio ao pequeno agricultor. As especificidades do programa de fortalecimento a Agricultura Familiar foram feitas a partir das observâncias locais, modificações foram feitas diante das necessidades encontradas pelo programa ao longo do tempo.

A política pública do PRONAF é destinada ao trabalhador e produtor rural, que se baseia no fortalecimento e na fomentação da agricultura no nosso país, fornecendo auxílio tanto de crédito quanto de assistência técnica. Seu objetivo principal é fortalecer a capacidade produtiva com o intuito de gerar desenvolvimento e bem estar social.

O processo de valorização da agricultura familiar não foi tão fácil quanto se imagina, faz parte de uma no cenário social e político; onde só passa por um avanço com o surgimento do PRONAF, que a partir de então trouxe mudanças na discussão sobre atender as reais demandas que os movimentos sociais (sindicalismo) clamavam.

Na visão de Sérgio Schneider (2006), encontra-se o seguinte esclarecimento:

A partir do surgimento do Pronaf, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada *específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas*; com juros menores, apoio institucional etc.(SCHNEIDER, 2006, p. 1).

Deve-se ressaltar que o momento histórico vivenciado pelo Brasil, com todas as lutas dos movimentos sociais e pelo apelo dos trabalhadores rurais (sindicatos), foi decisivo para alcançar uma ação do governo com base nas diferentes categorias, assim Mattei (2014) argumenta dentro do processo histórico do PRONAF, que o programa foi criado no cenário cheio de reivindicações das organizações dos trabalhadores, as quais demandavam a formulação e implantação de políticas públicas específicas para cada segmento da agricultura no Brasil, e a partir delas os sindicatos foram atendidos e ganharam voz, conseqüentemente surgiu um Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar mais sólido, com muitas especificações e grande capacidade técnica.

Similarmente Schneider (2004) também destaca a importância dos movimentos sindicais, dentro do processo histórico de elaboração e consolidação do PRONAF ao afirmar com segurança que o Programa só foi formulado diante das pressões dos movimentos sindicais no Brasil como resposta do Estado, ou seja, buscou-se uma política pública capaz de atender as especificidades de cada região e cada segmento dos agricultores.

Mas antes de chegar ao PRONAF, foram criadas outras políticas, mas que não surtiram efeitos, por não levar em consideração especificidades presentes entre os agricultores, Mattei (2004) coloca que o cenário da década de 1980 no Brasil foi influenciado

pelos próprios políticos, pois não se pensava em uma política pública agrícola geral que fosse desenvolvida para atender desde o pequeno trabalhador rural até o médio produtor. Além disso, durante esse período se priorizava a agricultura voltada para a exportação (crescimento), já que década de 1990 se começa a cogitar uma política que englobasse o real clamor da agricultura familiar no Brasil.

Desta forma, as políticas públicas agrícolas só são instauradas com a finalidade de atender de fato os agricultores familiares em sua totalidade, mas atender apenas aos agricultores mais fragilizados. Após um longo processo de lutas realizado pelos movimentos sociais, as políticas públicas levam em consideração especificidades dos tipos de produtor, gerando desenvolvimento. Com a instituição do PRONAF, houve a legitimidade por parte do Estado Brasileiro de uma categoria social- agricultores familiares – que até então era marginalizada. (MATTEI, 2014, p. 72).

4.2 CARACTERÍSTICAS E PARTICULARIDADES DO PRONAF

De modo geral, de acordo com dados obtido pelo Ministério Desenvolvimento Agrário (2016), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do país; o maior intuito do programa é o auxílio por meio do crédito.

O PRONAF possui algumas linhas de atuação, que de acordo com seus objetivos gerais e específicos, são destinados a diferentes âmbitos da agricultura, mas são basicamente dois conforme expõe Maroni (2006): PRONAF Crédito Rural e o PRONAF Infra-estrutura e Serviços, na qual o Banco do Brasil (BB) e o Banco do Nordeste (BNB) fornece Crédito com taxas reduzidas para apoiar projetos e atividades agrícolas dos agricultores rurais. O Pronaf infra-estrutura têm os créditos repassados aos municípios para melhorar a infra-estrutura dos empreendimentos.

O PRONAF tomou proporções grandiosas em diversos setores da sociedade, cada vez mais tem ganhado espaços em diversas áreas de atuação a qual se destina, proporcionando um suporte importante, de acordo com o BNDES, existe o Pronaf Agroindústria, o Pronaf Mulher, Pronaf Agroecologia, Pronaf mais Alimentos, Pronaf Jovem, e também o Pronaf Cotas- Partes; Todos tem objetivo de melhorar e fomentar a atividade a qual se destinam, esses subprogramas é consequência da ampliação e modificações que o PRONAF passou.

Já o PRONAF crédito que é o objeto deste trabalho, está relacionado ao apoio por meio de crédito aos agricultores, que têm como condicionalidade exigir dos agricultores que obtenham a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), por meio dos Sindicatos Rurais ou através da Empresa de Assistência Técnica (Ater), como Emater, pelas informações conseguidas pelo MDA. Essa declaração é um documento que identifica o agricultor, as associações, produtores e cooperativas (MDA, 2010).

De acordo com informações fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, a DAP é gratuita e fornecida pelos órgãos competentes, devidamente autorizados pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead). Dentre os dados com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) atribui-se ao MDA a responsabilidade pelo processo de emissão da DAP. Portaria nº 234, de 04 de abril de 2017, dispõe sobre o regulamento e as condições para identificação do agricultor familiar, já a portaria nº 1, de 13 de abril de 2017 - trata dos aspectos operacionais da emissão da DAP.

Em relação aos segmentos os agricultores foram separados de acordo com todas as especificidades e particularidades. Para que o programa tenha informação sobre o perfil dos tipos de agricultores que existe a fim de melhorar a manutenção e o aperfeiçoamento da política pública, os agricultores são classificados em cinco grupos: A- aqueles assentados da reforma agrária estaduais ou municipais reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), independente da renda, e os demais grupos B, C, D, E são aqueles caracterizados como produtores, de acordo com sua renda que variam de 2.000 sem mão de obra; para o grupo B, renda entre 2.000 até 14.000 com mão de obra; para os classificados C, de 14.000 à 40.000 com até dois empregados, e os do grupo E são os que excedem esses valores (MANUAL DE OPERACIONALIZAÇÃO, apud MARONI, 2006).

O acesso ao PRONAF se baseia pela necessidade que as famílias têm do crédito. Surgiu como solução em meios a tantas adversidades existentes no campo, seja ele para o custeio da safra, seja para o investimento, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços. O principal objetivo do PRONAF é melhorar a atividade rural por meio do crédito, com o intuito de gerar renda para os beneficiários do programa.

Convém ressaltar, que existe uma realidade enfrentada pelos agricultores da região semiárida, que se torna importuna para qualquer atividade produtiva, a falta de chuvas afeta em grande parte da faixa semiárida dos municípios nordestinos, dentro desse contexto existente de seca, foi possível criar especificidades para atender aos agricultores desta área; O PRONAF atua em concordância com essa linha, priorizando os projetos com infraestrutura

hídrica, na sua implantação e ampliação, buscando uma convivência com o semiárido. (BRASIL, MDA, 2010).

Dentro das ações promovidas pelo programa, o Garantia Safra (GS), são auxílios destinados aos agricultores que sofrem por causa da escassez ou excesso das chuvas. Essa ação vem como um apoio para enfrentamento de prejuízos nas plantações de inúmeros agricultores da região semiárida. Pelas referências postas no MDA através da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), são beneficiários e estão aptos a receber o GS, aqueles que aderirem ao programa e que comprovem devidamente serem agricultores familiares em seus estados e municípios.

4.3 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL/LOCAL

Considerando todo contexto contido na unidade familiar e todos os seus efeitos sobre o crescimento, Sachs (2004) caracteriza a agricultura familiar como sendo possuidora de uma reserva potencial de tempo de trabalho a ser aproveitado como uma verdadeira reserva de desenvolvimento, onde, as políticas públicas sociais e agrárias de apoio à agricultura familiar afiguram-se como alavancadas importantes da estratégia de desenvolvimento.

É muito comum associar ou até mesmo confundir, o crescimento econômico com desenvolvimento econômico, Gilson Oliveira (2002) descreve a diferença entre esses dois processos, o crescimento econômico promove aumento dos números em nível produtivo, logo o crescimento econômico é tido como pequeno passo para o desenvolvimento, é necessário pensar não apenas nos percentuais produtivos (Produto Interno Bruto), mas na qualidade, capacidade de sustentabilidade. O desenvolvimento engloba não apenas crescimento econômico, mas também a qualidade de vida, bem como, melhora os indicadores de bem-estar social e econômico.

Em síntese na definição de desenvolvimento, Oliveira (2002), ainda reforça a qualidade de vida e seus fatores que devem ser considerados:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, p. 04)

Haja, vista a importância do desenvolvimento e seu papel, ressaltar que as políticas devem estar pautadas no desenvolvimento, pois as eventuais ações dos governantes requerem um olhar mais humano, que provoque mudanças positivas na vida da população, na saúde, educação, segurança, moradia, transporte, entre outras citadas por Oliveira (2002).

O PRONAF surge na tentativa de promover o desenvolvimento rural, Schneider (2006) destaca essa relação entre agricultura familiar e o desenvolvimento “como um instrumento governamental capaz de aumentar as possibilidades de investimento dos agricultores familiares, para que eles possam concretizar seus projetos produtivos, gerar renda, e, com isso, melhorar a condição de vida nas áreas rurais”. Existe é claro, a capacidade que a agricultura familiar tem de fornecer crescimento social e econômico, gerando assim desenvolvimento rural.

O desenvolvimento rural de acordo com Kageyama (2006) diz que:

O desenvolvimento rural deve, portanto, combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar) e o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) e sua trajetória principal reside na diversificação das atividades que geram renda (KAGEYAMA, 2006, p.250).

Ao considerar o desenvolvimento, é preciso compreender que não se trata apenas da geração de empregos ou aumento da produção (PIB), mas a melhoria da qualidade de vida em um sentido amplo, de forma igualitária, para todas as pessoas, nas mais diversas áreas, como: saúde, educação, habitação, etc.

É necessário promover o desenvolvimento rural tendo em vista as suas contribuições que são proporcionados para a população, nesse contexto Kageyama (2006, p. 267): “O desenvolvimento rural abrange não apenas o crescimento econômico – expansão da renda, produtividade dos mercados, mas também a melhoria da qualidade das condições de vida da população que reside no espaço rural”; importante observar que devem ser considerados os fatores ponto de vista social e econômico.

Desta forma não se pode pensar em desenvolvimento econômico de um país sem pensar na qualidade de vida e condições da população nas mais respectivas instâncias, seja ela na zona urbana ou rural. Já segundo Sachs (2004) em relação ao desenvolvimento rural é importante raciocinar que este não é apenas do ponto de vista agrícola, mas sim, na pluriatividade dos membros que compõem a família nas mais diversas atividades. No campo existe uma gama de atividades produtivas com infinitas possibilidades econômicas a serem exploradas.

Sendo assim, o Pronaf fundamenta-se na ideia de desenvolvimento pelo aumento da produção familiar e na melhoria da qualidade de vida dos agricultores, O programa possui objetivos que ligam a concepção de sustentabilidade e melhoria nos indicadores socioeconômicos.

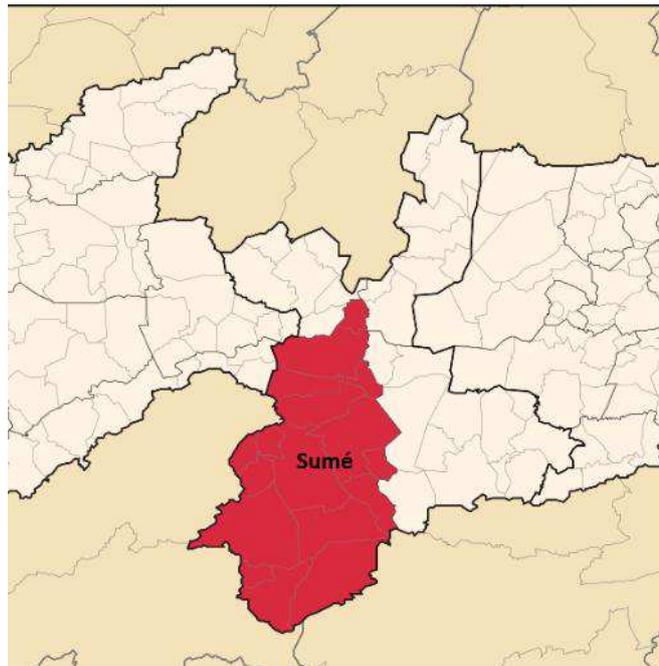
5 CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DO PRONAF: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ- PB

Com o propósito de analisar as contribuições sociais e econômicas da agricultura familiar para o desenvolvimento já trabalhado no subitem anterior, esse tópico tem como intuito enfatizar a percepção das respectivas contribuições socioeconômicas, expondo de forma objetiva a dinâmica da agricultura em Sumé, Paraíba.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ/PARAÍBA

De acordo com dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município de Sumé está localizado no Cariri Paraibano Ocidental, no sul do Estado da Paraíba, na região semiárida no nordeste brasileiro, cuja vegetação típica é a caatinga.

Entre outras informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o município de Sumé está a aproximadamente 250 Km da capital João Pessoa. O Clima é seco com temperatura acima dos 25 graus °C na maior parte do ano. Completou, em 1º de abril de 2017, 66 anos de emancipação política.

Figura 02: Município de Sumé-Paraíba

Fonte: Map locator of Paraíba's Cariri Ocidental microregion (2006).

Elevado à categoria de município com a denominação de Sumé, pela Lei estadual nº 513 de 08 de Novembro de 1951, e desmembrado do Município de Monteiro (do qual era distrito) em 01 de Abril de 1951, o Município de Sumé é cortado pela BR- 412 à altura do Km 108 e possui uma área de 838,058 km². Sua população é de 16.060 habitantes. Limita-se com os municípios de São José dos Cordeiros (Norte), Camalaú e Monteiro (Sul), Congo e Serra Branca (Leste) e Amparo, Ouro Velho e Prata (Oeste).

De acordo com Sachs (2004) é necessário considerar particularidades a fim de criar condições de trabalho mediante a intervenção de políticas públicas baseado no sistema familiar. O processo da agricultura requer soluções em conhecimento através de incentivos, mas poupando capital e recursos naturais como a água no semiárido.

Contudo, mesmo com tantos empecilhos as atividades de agricultura e pecuária o município tem se destacado, considerando todas as adversidades presentes no campo. No subitem a seguir será exemplificado com mais detalhes o cenário da agricultura no município de Sumé, na Paraíba.

5.2 A DINÂMICA NA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SUMÉ/PB

A implementação de Políticas Públicas destinadas à agricultura familiar como o PRONAF, compõem ferramentas importantes, por dar esperança para aqueles agricultores desacreditados, trazendo um novo caminho e uma nova oportunidade.

A importância dos incentivos ganha maiores proporções quando se trata da região nordeste, a qual enfrenta grandes períodos de estiagem, sofre com a aridez e o empobrecimento do solo, o que só faz aumentar a necessidade de investimento e ampliação das políticas públicas agrárias no nordeste.

Ao discutir a agricultura familiar e toda sua dinâmica presente nas suas respectivas atividades, nos mais vários contextos e particularidades próprias de cada região deve-se considerar os fatores naturais existentes, pois quando fala de agricultura alega que, “por se tratar de uma atividade ainda muito dependente de fatores naturais como clima, solo ou equilíbrio dos ecossistemas” (SCHNEIDER, 2006, p. 5). Logo, os fatores naturais descritos por Schneider são realidade da região nordeste, fatores os quais são muito dependentes, desse modo, no que diz respeito a este elemento descrito por Schneider, na nossa região a agricultura familiar está sujeita ao clima do semiárido, não tão favoráveis para exercer um grande teor produtivo. Desta forma pode-se citar como fatores naturais próprios da região nordeste uma limitação para os prezados agricultores da cidade de Sumé-PB, dentro do contexto social existente.

No município de Sumé-PB, há cerca de 2.222 (dois mil duzentos e vinte dois) agricultores que possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) pelas informações passadas pela Secretária de Agricultura do município, correspondente ao ano de 2017, ou seja, este é o quantitativo quem está devidamente dentro das condicionalidades ao programa e que se identificam e auto se declaram como agricultores familiares; todavia, de acordo com o último levantamento feito pela Secretaria Municipal de Agricultura Familiar do município em 2017, apenas 587(quinientos e oitenta e sete) estão inscritos no Garantia Safra (GS), e que estes estão recebendo o benefício do programa.

No tocante, a Secretaria de Agricultura do Município se mostrou otimista ao falar que a situação da agricultura familiar e suas produções, encontram-se bem satisfatórias, colocando os dados fornecidos e que de certa forma a realidade das estiagens já existe uma convivência com o semiárido, tornando habitual para os agricultores.

De acordo com informações prestadas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com sede no município de Sumé-PB, em relação aos números exatos de

Financiamentos/Empréstimos concedidos aos agricultores do município pelo PRONAF nos anos de 2016 e 2017 no município de Sumé-PB corresponde á cerca de 638 (seiscentos e trinta e oito) “Pronafianos” como o próprio funcionário do BNB responsável pelo Setor Rural se referiu, por serem beneficiários do programa.

Vale salientar que parte dos agricultores comercialização seus produtos, resultante de sua produção e vende na própria feira livre da cidade, sendo como um meio para melhorar sua renda, elemento que garante o sustento da família, além de fomentar o comércio para a região. Quanto a essa comercialização, Souza (2009) descreve, que a produção decorrente dos produtores familiares que plantam várias culturas na sua propriedade, parte de sua renda advém da comercialização dos produtos em pequenas feiras e no comércio local. Sendo assim, o agricultor possui um vínculo muito forte com a terra, enquanto ferramenta de trabalho e meio que garante o seu sustento o de sua família.

6 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos são fundamentais em qualquer pesquisa, já que são elas que irão mostrar o passo a passo de como se obteve a pesquisa, especificando todos seus elementos: qual o tipo de pesquisa, natureza, bem como o instrumento a ser utilizado. Assim, para realização deste trabalho buscou-se fazer uso dos seguintes procedimentos: aplicação de questionários e análises bibliográficas e documentais.

Trata-se de um estudo de caso no Município de Sumé, Paraíba. Segundo Yin (2010), estudo de caso é uma estratégia de estudo que pode incluir tanto estudos de caso único capazes de abordar uma realidade com certa profundidade, quanto de casos múltiplos com vários fenômenos complicados; além de empregar vários métodos de coletas (entrevistas, questionários, etc). Portanto, o estudo de caso demanda a coleta de dados para responder uma questão específica de pesquisa (YIN, 2010).

Sua natureza é bibliográfica utilizando pesquisas anteriores, documentos impressos e artigos certificados já trabalhados por outros pesquisadores, com análise documental e pesquisa de campo. “Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas”. (GIL, 2002, p.44). Todas as informações do conhecimento da realidade empírica do objeto investigado obtidas durante a pesquisa em campo foram registradas no diário de campo da pesquisadora.

Este estudo buscou privilegiar a dimensão qualitativa, sob uma perspectiva analítica e crítica da realidade a ser investigada, “A pesquisa será de natureza qualitativa, pois visa proporcionar uma maior qualidade e credibilidade aos resultados obtidos, pela utilização de diversas fontes de evidência” (YIN, 2001). Utilizou ainda os dados quantitativos; havendo assim, uma relação de complementaridade, caracterizando-o como abordagem quali-quantitativa.

Segundo Bardin (2001, p. 41) a descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, ou seja, trata-se da maneira como o significado da informação é analisado.

Na análise dos dados é utilizado o método estatístico descritivo que, requer amostragem do público-alvo. Diehl e Tatim (2004) “afirmam que esse estudo pode descrever a complexidade de determinado problema, compreendendo e classificando os processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. Assim, permite-se uma avaliação quantitativa dos dados coletados, objetivando facilitar a compreensão e a utilização das informações colhidas.

A pesquisa foi realizada em julho de 2017, no Município de Sumé, Estado da Paraíba, localizado na região semiárida do Estado, especificamente no Cariri Ocidental, distante 267 (duzentos e sessenta e sete) km (quilômetros) da capital paraibana, João Pessoa.

O levantamento de dados ocorreu por meio de aplicação de questionários, para Marconi & Lakatos (1999) questionários são instrumentos de coleta de dados constituídos por uma série de perguntas abertas e fechadas, que devem ser respondidas por escrito. Para tanto foi elaborado um questionário (Apêndice 01), divididos em duas partes a primeira com perguntas a fim de traçar o perfil dos entrevistados (agricultores beneficiários), e a segunda por questões que tratam da importância do PRONAF e da agricultura exerce, e suas condições socioeconômicas dos beneficiários, bem com sua qualidade de vida; contendo 23(vinte e três) perguntas, composto por questões fechadas, abertas, semi-abertas e de múltipla escolha, após a aplicação dos questionários foram feita uma análise minuciosa dos dados coletados.

Conforme Vergara (2007), a população de uma pesquisa é representadas por vários elementos que têm características comuns onde representam os objetos de estudo, os sujeitos da pesquisa foram os agricultores familiares beneficiários do PRONAF do município de Sumé- PB, respondente aos questionários. A amostra da pesquisa foi feita com 27 (vinte e sete) agricultores beneficiários, tendo em vista a dificuldade de locomoção e empecilhos para aplicação do questionário, o que não possibilitou maiores quantitativos de questionários. Os questionários foram aplicados aos agricultores beneficiários nos sítios de maior população,

que principalmente, detém de maior número de agricultores familiares cadastrados no programa, nos Sítio Pitombeira, por meio da Associação Rural de Agricultores, em Sumé-PB.

Convém lembrar que devido ao baixo nível de escolaridade dentro da amostra da pesquisa, a pesquisadora teve que ler todas as questões e responder de próprio cunho todas as perguntas propostas no questionário elaborado, feitas aos agricultores beneficiários analfabetos e com ensino fundamental incompleto. É importante destacar ainda que a pesquisadora o fez de maneira ética e responsável, em responder com precisão as resposta ao que os entrevistados falaram, com fiel e total responsabilidade. Usou-se do próprio relato dos entrevistados, ao registrou as falas que os beneficiários respondiam nas questões abertas, enumeradas dentro dos resultados como agricultor “X, Y, Z e W”.

Após a aplicação do questionário foi feita uma análise objetiva dos dados coletados, reunindo por segmentos, conforme os itens apresentados, tudo conforme os objetivos da pesquisa. Para examinar os questionários, utilizou-se o sistema de tabulação de respostas para perguntas fechadas, para que os pontos comuns fossem demonstrados e seus percentuais quantitativos ficassem evidentes. Já nas questões abertas, semi-abertas e de múltipla escolha a análise foi qualitativa, fazendo um comparativo entre as respostas e mensurando as críticas e sugestões que tinham como objetivo melhorar o processo, facilitando a compreensão dos resultados.

7 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Buscou-se nesse trabalho para analisar as características socioeconômicas dos agricultores com a finalidade de alcançar os objetivos do presente estudo, bem como descrever a importância do PRONAF para a agricultura familiar e identificar o desenvolvimento rural para o município de Sumé na Paraíba e suas contribuições, com o intuito de verificar a qualidade de vida dos agricultores decorrentes dos incentivos do PRONAF. Foram entrevistados 27 (vinte e sete) agricultores do Sítio Pitombeira do Município de Sumé-PB, com um questionário (Apêndice 01).

Nesta sessão apresenta-se o resultado da pesquisa obtido por meio dos dados coletados a partir da aplicação dos questionários. O objetivo foi apresentar os resultados, discuti-los e avaliá-los em conformidade com os objetivos específicos propostos.

A partir da análise da revisão de literatura e dos questionários realizados com os agricultores beneficiários do programa, pontuou-se algumas observações sobre a política pública do PRONAF e o seu impacto na vida dos agricultores familiares. Na análise e

discussão dos dados foram elaborados gráficos e tabelas seguindo as informações coletadas dos beneficiários do programa.

7.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Foram entrevistados para compor esse estudo 27 (vinte e sete) agricultores familiares beneficiários do PRONAF. Os perfis dos entrevistados do programa, encontra-se a seguir no quadro 02.

Quadro 02 - Perfil dos Entrevistados

QUESTIONAMENTOS	RESPOSTAS	QUANT.	% PERCENTUAL
1. GÊNERO	Masculino	17	63%
	Feminino	10	37%
2. FAIXA ETÁRIA	18 a 21 anos	0	0%
	22 a 30 anos	0	0%
	31 a 40 anos	3	11%
	41 a 50 anos	14	52%
	Acima de 50 anos	10	37%
3. NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Analfabeto	10	37%
	Ensino fundamental incompleto	9	33%
	Ensino fundamental completo	6	23%
	Ensino Médio incompleto	0	0%
	Ensino Médio completo	2	7%
	Superior incompleto	0	0%
	Superior completo	0	0%
4. QUANTOS FILHOS	Entre 1 e 2 filhos	10	37%
	Entre 3 e 4 filhos	11	40%
	Acima de 5 filhos	6	23%
5. TEMPO APROXIMADO QUE TRABALHA COMO AGRICULTOR	Até 3 anos	0	0%
	De 4 a 10 anos	0	0%
	De 11 a 20 anos	2	7%
	De 21 a 30 anos	5	18%
	Acima de 30 anos	20	74%
6. RENDA MENSAL	Até 1 salário mínimo	25	93%
	Entre 1 e 2 salários mínimos	2	7%
	Acima de 2 salários mínimos	0	0%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

De acordo com o quadro 02 podemos descrever o perfil geral dos entrevistados, onde a maioria é do sexo masculino com um percentual de 63% (sessenta e três), e as mulheres com 37% (trinta e sete); em relação a faixa etária apenas 11% (onze) têm entre 31 a 40 anos de

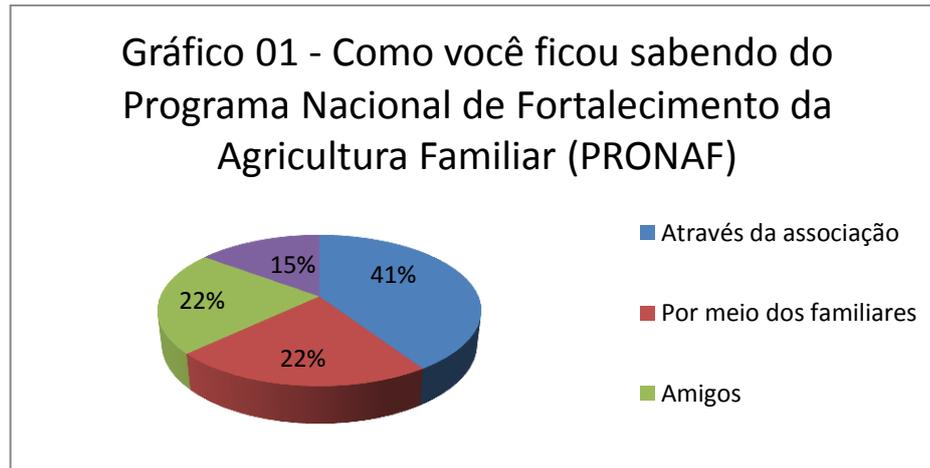
idade, 52 % (cinquenta e dois) tem entre 41 a 50 anos de idade e cerca de 37% (trinta e sete) tem acima de 50 anos; no que diz respeito ao nível de escolaridade dos entrevistados a maioria são analfabetos ou tem o ensino fundamental incompleto correspondendo a, 37% (trinta e sete) e 33% (trinta e três), respectivamente, apenas 23% (vinte e três) ensino fundamental completo e 7% (sete) tem o ensino médio completo.

No quadro 02, expõe-se ainda o número de filhos que os agricultores possuem, 37% (trinta e sete) pois tem em média entre 1 a 2 filhos, 40% (quarenta) tem entre 3 a 4 filhos e apenas 23% (vinte e três) tem acima de 5 filhos. De forma geral ao perguntar o tempo que trabalha na agricultura, 74% (setenta e quatro) deles alegam trabalhar mais de 30 anos na profissão como agricultores; Por fim, o quadro mostra ainda a renda mensal dos agricultores, na qual 93% (noventa e três) tem apenas 1 salário mínimo, e somente 7% (sete) tem entre 1 e 2 salários mínimos.

7.2 PROGRAMA NACIONAL DE FORTACELIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – O IMPACTO SOCIOECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE SUMÉ PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

Como você ficou sabendo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)?

Percebe-se no gráfico 01, que a maioria 41% (quarenta e um) dos beneficiários do programa, teve conhecimento do PRONAF por meio da Associação; enquanto outros 22% (vinte e dois) ficou sabendo do programa através de familiares e o mesmo percentual de 22% (vinte e dois) a partir de algum amigo ou colega; e outros 11% (onze) restantes por algum dos funcionários do BNB do setor rural.



Fonte: Elaboração Própria (2017).

Tabela 01- Por que precisou fazer o Financiamento/Empréstimo do PRONAF?

Respostas	Quant. de beneficiários	% Percentual
Comprar animais	19	70%
Aumentar a produção	15	55%
Melhorar a sua propriedade	14	51%
Comprar algum equipamento	13	48%
Fazer ou ampliar algum tipo de irrigação	11	40%
Perfuração de poço	10	37%
Não estava conseguindo manter a produção	6	22%
Não estava conseguindo manter a família	2	7%

Fonte: Elaboração Própria (2017).

De acordo com a tabela 01, dentre as maiores necessidades do Financiamento/Empréstimo do PRONAF elencados pelos beneficiários do PRONAF, encontra-se: a compra de animais 70% (setenta), aumentar a produção 55% (cinquenta e cinco), e em terceiro lugar está melhorar a propriedade 51% (cinquenta e um). Por fim, a compra de equipamento 48% (quarenta e oito) e fazer ou ampliar algum tipo de irrigação, 40% (quarenta), tendo em vista a fragilidade do agricultor nordestino na sua contínua necessidade por água e melhor aproveitamento desse recurso natural.

Qual a Importância que o PRONAF tem para a Melhoria da sua Propriedade?

Em relação à melhoria da propriedade percebe-se nitidamente a importância do PRONAF para agricultores, conseqüentemente sua colaboração para viabilizar as suas atividades no meio rural, 100% (cem por cento) dos entrevistados responderam que “Sim”.

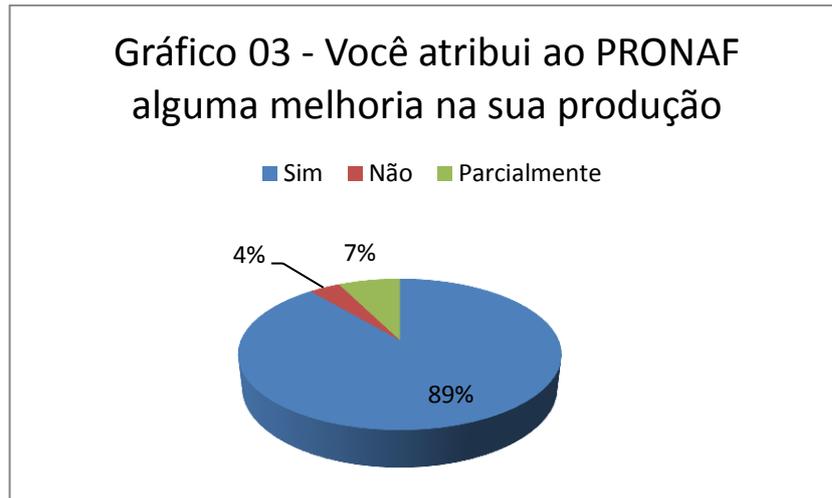


Fonte: Elaboração Própria (2017).

Além do significativo auxílio fornecido pelo programa. O agricultor “Z” relata que “Graças ao PRONAF foi possível se investir”. Além de se tornar uma oportunidade pra fomentar a agricultura familiar. Desse modo o programa cumpriu com um dos seus objetivos no que tange a fomentação da agricultura familiar, mostra também que a política pública do PRONAF têm resultados positivos a qual se propõe.

Você atribui ao PRONAF alguma melhoria na sua produção?

No que diz respeito à melhoria da Produção Agrícola, grande maioria afirmam que “Sim” um número de 89% (oitenta e nove), que houve uma melhora, já que o mesmo consegue manter suas plantações tendo em vista seus projetos de irrigação financiados pelo PRONAF e os mesmos tem sua renda aumentada.

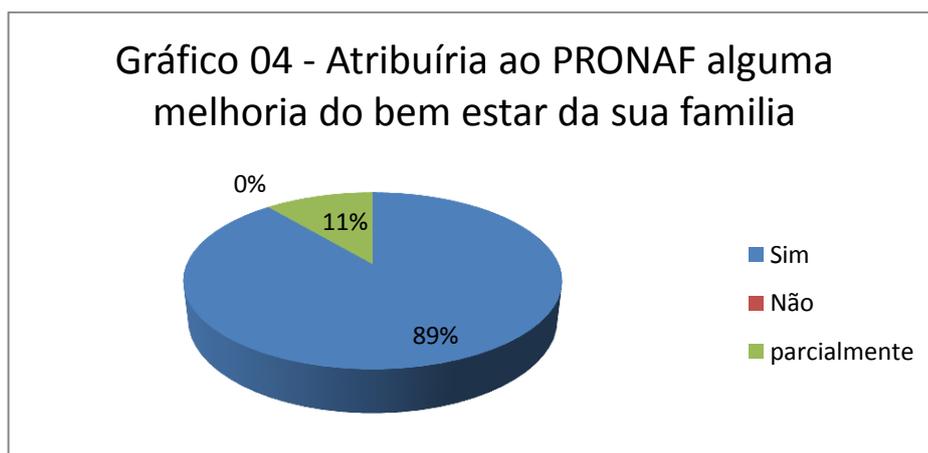


Fonte: Elaboração Própria (2017).

Dos beneficiários entrevistados apenas 7% (sete) responderam parcialmente o PRONAF como responsável na sua produção, e só 4% (quatro) responderam que “Não” do total da amostra extraída, é importante frisar que desses 4% (quatro), não investem em plantações, mas somente criação de animais, e acabam sofrendo com as perdas dos seus animais que morrem por causa da falta d’água, decorrente das estiagens tipicamente que o nordeste enfrenta.

Atribuiria ao PRONAF alguma melhoria do bem estar da sua família?

No tocante a qualidade de vida dos beneficiários, 89% (oitenta e nove) dos entrevistados alegam com propriedade e segurança a melhoria do bem está de sua família. A agricultora “X” afirmou que: “depois que fez o Empréstimo consegui perfurar um poço, e que tem ajudado muito a melhorar as condições de vida da minha família”. Por fim a agricultora enfatizou: -“água é vida, minha filha” reportando-se a pesquisadora.

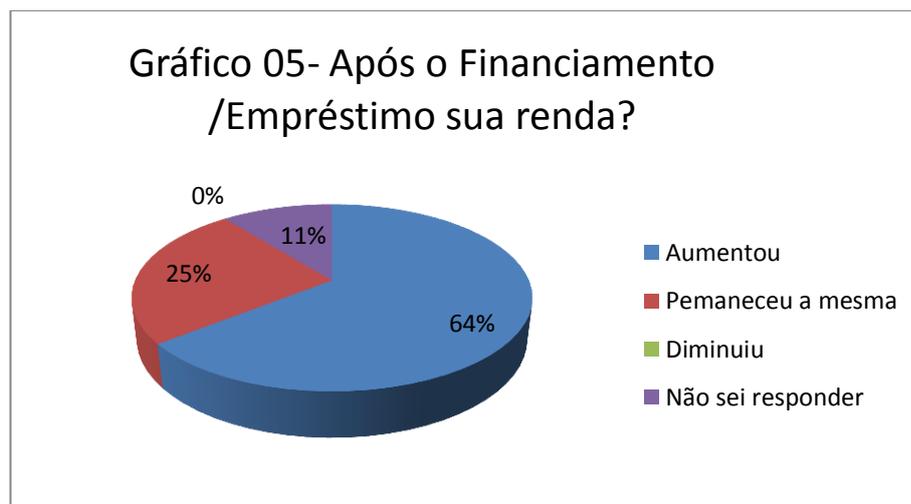


Fonte: Elaboração Própria (2017)

Dos agricultores beneficiários entrevistados, a maioria teve sua capacidade produtiva aumentada, potencializando as suas atividades, mostrando que o Programa contribuiu de uma forma ou de outra pra o bem estar dessas famílias, diretamente ou indiretamente, já que 11% (onze) do total da amostra disseram que em parte ele melhorou, nas palavras do agricultor “W” “ajudou bastante”. Em outro momento, outro agricultor “Y” diz que: “melhora né, agente consegue ter um dinheirinho a mais”. Ou seja, estes perceberam a mudança de renda, principalmente em termos monetários.

Após o Financiamento/Empréstimo sua renda?

Quanto a renda após o Financiamento/Empréstimo, cerca de 64% (sessenta e quatro) disseram ter uma melhora na sua renda. Alguns “Pronafianos” complementaram ao responder que “Sim”, ligaram a possibilidade de se investir e fazer melhoria na produção e na propriedade, resultando no aumento da sua renda, como mostra os gráficos 03 e 04 já detalhados. Sendo este fator essencial ao considerar a qualidade de vida dos agricultores familiares que tem sua condição financeira aumentada e conseguem garantir o sustento de suas famílias.



Fonte: Elaboração Própria (2017).

De acordo com o gráfico 06, considerando também os percentuais obtidos nos gráficos 03 e 04 que refletem o aumento na capacidade produtiva e as atividades, tanto na produção respectivamente, quanto na propriedade proporcionada ao agricultor, tudo isso impacta no desenvolvimento rural descrito por Kageyama (2006), pois ela atribuiu a uma gama de

atividades no meio rural que agrega a renda e geram desenvolvimento rural, na sua pluratividade.

Tabela 02- Se teve sua renda aumentou, qual uso dado:

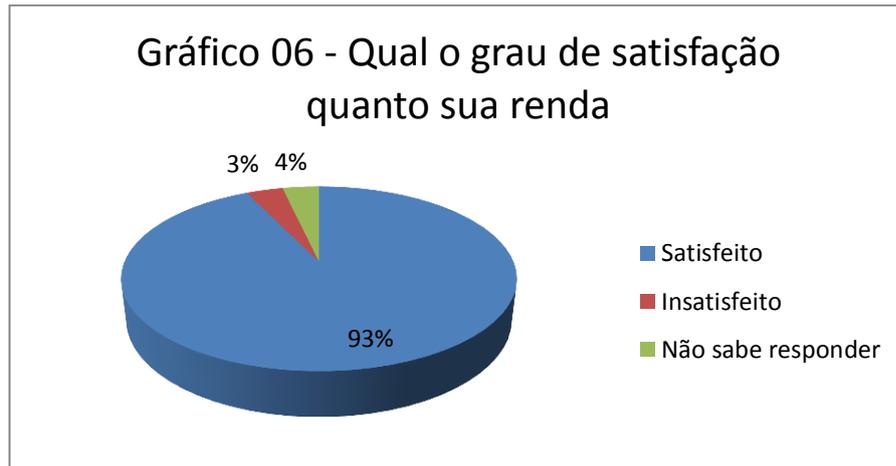
Alternativas	Quant. Beneficiários	% Percentual
Moradia	15	55%
Realização de benfeitorias na propriedade	15	55%
Compra de animais	13	48%
Compra de máquinas e equipamentos	12	44%
Compra de eletrodomesticos	9	33%
Vestuário	7	25%

Fonte: Elaboração Própria (2017).

Como exposto na tabela 02, muitos agricultores beneficiários tiveram condições de promover melhorias na sua propriedade e adquirir bens e serviços depois do Financiamento/Empréstimo do PRONAF, favorecendo sua qualidade de vida e o bem estar de suas famílias; cerca de 55% (cinquenta e cinco) responderam ter usado o acréscimo na renda para moradia e o mesmo percentual para realização de benfeitorias na propriedade, 44% (quarenta e quatro) e 48% (quarenta e oito), teve uso com a compra de Máquinas e equipamentos respectivamente. Por fim os menores números esta na compra de eletrodomesticos e vestuário com os percentuais de 33% (trinta e três) e 25% (vinte e cinco) respectivamente.

Qual o grau de satisfação quanto sua renda?

Conforme os dados expostos no gráfico 06, vê-se que cerca de 93% (noventa e três) estão satisfeitos com sua renda, e apenas 3% (três) estão insatisfeitos, o que corresponde a 01 (um) beneficiário, do total da amostra, e 01 (um) agricultor não souberam responder que corresponde a um percentual de apenas 4% (quatro).

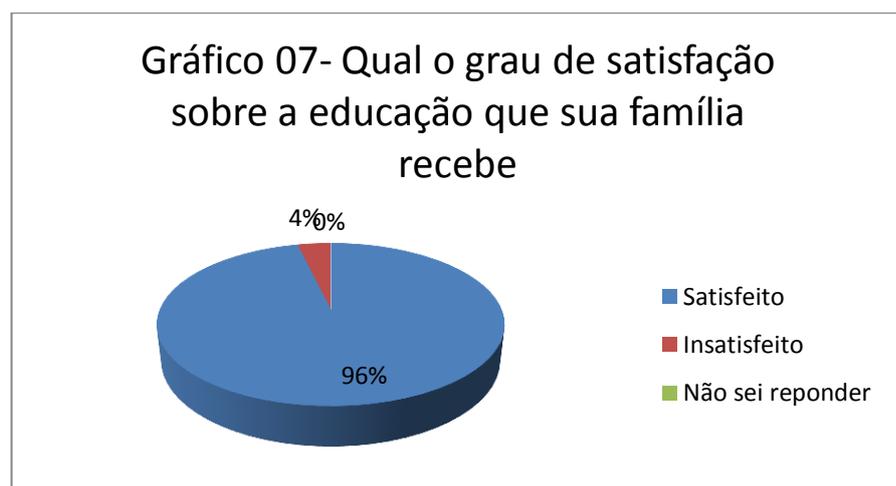


Fonte: Elaboração Própria (2017).

Ao analisar a renda como elemento fundamental para ocasionar melhores condições de vida aos agricultores. É importante observar que a política pública do PRONAF tem colaborado no aumento do poder aquisitivo das famílias, o programa atingiu metas a qual se propõe pelas informações contidas no MDA e SEAD as quais falam dos principais objetivos do PRONAF já exposto neste trabalho, tendo esse reconhecimento pelos próprios beneficiários.

Qual o grau de satisfação sobre a educação que sua família recebe?

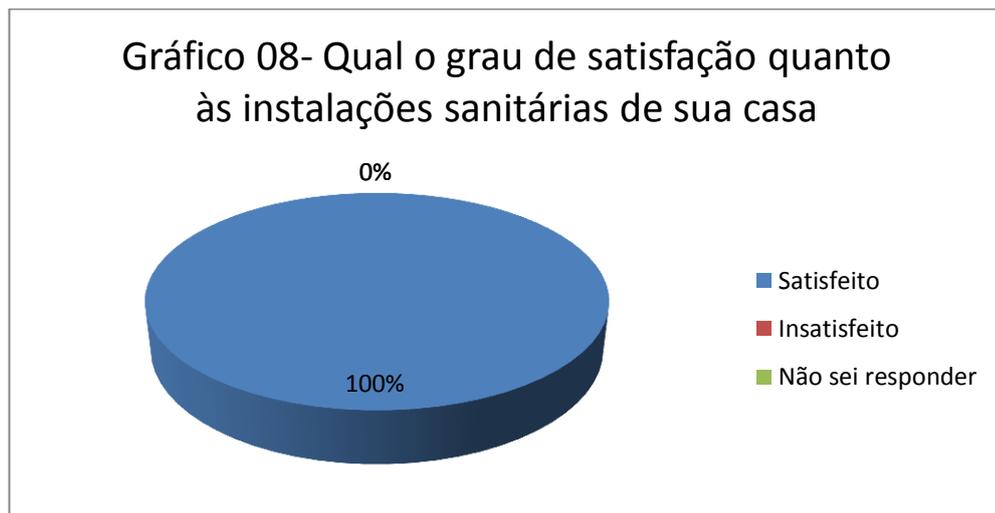
Ao avaliar o nível de desenvolvimento, é importante analisar não só pela ótica da renda, mas em sua plenitude como saúde, educação e a qualidade de vida (OLIVEIRA, 2010), ao perguntar a satisfação quanto à educação, 96% (noventa e seis), responderam que sim, ou seja, maioria absoluta estão satisfeitos com a educação dada aos seus filhos, afirmando com segurança, apenas 4% (quatro) que equivale a 01 (um) beneficiário não está satisfeito.



Fonte: Elaboração Própria (2017).

Qual o grau de satisfação quanto às instalações sanitárias de sua casa?

O gráfico 08 revela que todos os beneficiários do PRONAF estão satisfeitos com as instalações sanitárias de suas residências. Tomando como base os conceitos de Oliveira (2002), já citado nesse trabalho os aspectos que favorecem o bem estar social é essencial para garantir a dignidade da pessoa humana e promover saúde entre as famílias, esta deve ser considerada marcante para avaliar o nível de desenvolvimento.

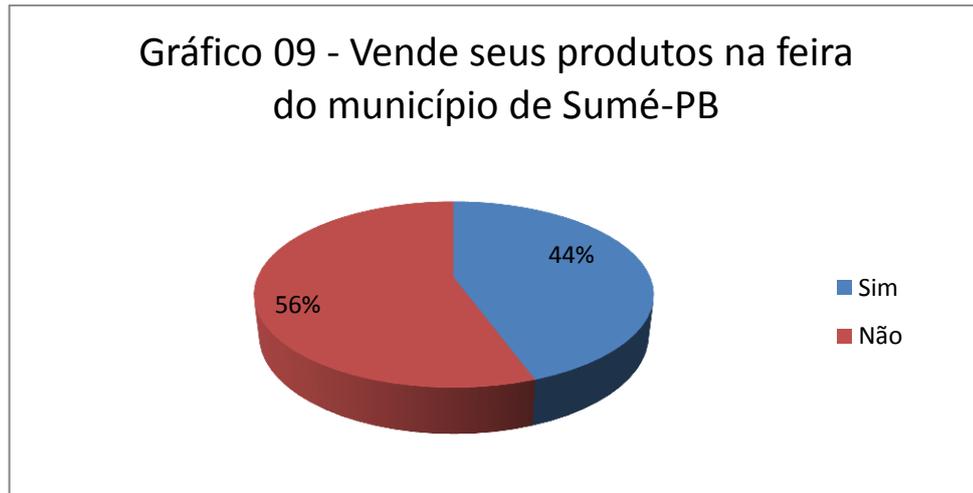


Fonte: Elaboração Própria (2017).

Vende seus produtos na feira do município de Sumé-PB?

Ao perguntar aos beneficiários se eles comercializam seus produtos na feira livre do município de Sumé-PB, quase metade dos entrevistados com um percentual 44% (quarenta) disseram que “Sim”, e relatam que é uma forma de ganhar um dinheiro a mais para complementar a renda. O agricultor “Z” afirma que: “vendendo direto ao consumidor o ganho é maior”. Assim o fato da comercialização dos seus produtos provenientes das suas culturas serem vendidas na feira tem incrementado a renda dos agricultores, contribuindo para que estes tenham seu faturamento aumentado, e com isso ficarem satisfeitos com sua renda.

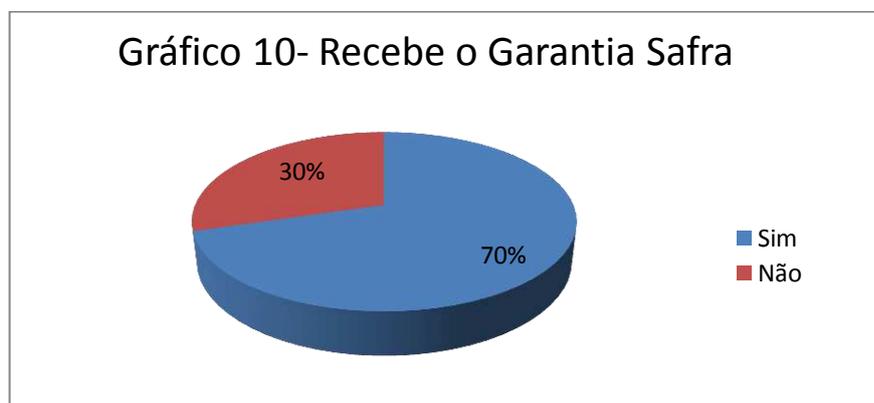
Dentre os entrevistados o gráfico mostra ainda que 55% (cinquenta e cinco) responderam que não vendem, pois estes afirmam ainda que, o que planta e produz é apenas pra o seu consumo e de sua família.



Fonte: Elaboração Própria (2017).

Recebe o Garantia Safra?

No gráfico 11, buscou-se conhecer os percentuais dos pronafianos que recebem o GS sendo de 70%, os recebedores deste seguro, o auxílio do GS além de enfatizar a importância e a ajuda que essa ação do PRONAF propicia aos agricultores familiares entrevistados. Podemos citar com as palavras do agricultor “A” ao perguntar se é importância do GS? “concerteza! É demais, ajuda bastante” completou. Mesmo por pequena que seja, se referindo (a quantia pequena) esta ajuda como relatados pelos próprios beneficiários, ela constitui um auxílio significativo, e por fim, apenas 30% não recebem o seguro.



Fonte: Elaboração Própria (2017).

Essa é uma ação do PRONAF com a finalidade de diminuir os estragos causados pela seca prestando um subsídio aos trabalhadores rurais, tidos como “agricultores fragilizados”, Mattei (2014) diz que do ponto de vista do apoio, proporciona aos assegurados uma forma de suavizar os prejuízos de suas plantações e conseguirem resgatar parte do prejuízo. Ou seja, este programa consegue de forma geral mitigar os problemas do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto do PRONAF no município de Sumé- PB tem trazidos benefícios, impactado positivamente, alcançando grandes contribuições para o desenvolvimento do município. O programa é responsável por fornecer um suporte aos agricultores beneficiários com seus incentivos de fomentação da agricultura familiar, que o programa se propõe. É notória a quantidade de financiamentos/empréstimos concedidos aos agricultores familiares, e a importância que exerce dentro dos aspectos socioeconômicos nas famílias, proporcionando um aumento na renda dando melhores condições na qualidade de vida e bem estar nas famílias.

Desta forma, é possível compreender a importância que a agricultura e o programa têm para o desenvolvimento rural do município e o significado que possui para os moradores do meio rural; assim as políticas públicas são um meio dos governantes desenvolver suas ações, para atender de forma mais efetiva o agricultor familiar, por todo papel que ele proporciona diante de inúmeras limitações presentes no campo. Todas as políticas constituem um alicerce importante que precisa ser explorado pela Gestão Pública na construção de uma sociedade mais igualitária.

Entretanto os programas devem ser mais atuantes no nordeste brasileiro por todo contexto de seca vivenciado pelos agricultores familiares, já que das políticas públicas não serem realidade da maioria absoluta dos agricultores, e que os beneficiários do programa consigam sair da situação de fragilidade encontrado na região semiárida.

Ainda que as políticas Públicas nessa área se mostrem tímidas, não obstante, crescentes frente aos resultados alcançados no referido município, deve-se investir cada vez mais em políticas públicas destinadas para a agricultura familiar, tendo em vista todo valor que ela constitui dentro do desenvolvimento rural e local. É necessário que ações como o PRONAF, se ampliem cada vez mais. O PRONAF é um caso bem sucedido como visto nesta pesquisa, mas que precisa passar por aperfeiçoamentos, para que assim consiga ser eficiente, eficaz e efetivo. A partir da análise deste estudo podemos concluir que esta política pública não está totalmente consolidada é necessário que busque novos instrumentos estratégicos, para atender as demandas em sua totalidade.

Sendo assim, novos estudos nesta área devem ser feitos no intuito de aumentar os ganhos sociais e econômicos para os agricultores, carentes de políticas públicas adequadas e de um olhar mais humano pelos gestores públicos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Judite Ângela Vieira ; SANTOS, Carlos Eduardo Ribeiro. **A Agricultura Familiar e sua Influência na Economia do Município de Itiruçu/BA**. 2012. 25 f. Semana da Economia, ANAIS (Ciências Econômicas)- UESB, FIEF, [S.l.], 2012. 1.
- BRASIL. Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as Diretrizes para a Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Lex**: Subchefia de Assuntos Jurídicos Brasília, 03 f., Regulamento, Presidência da Republica.1. trim. 2006. Legislação Federal.
- DENARDI, Reni Antonio. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 2, n. 3, p. jul.-set., 2001.
- FREY, K. (2000). **Políticas Públicas** – “Um Debate Conceitual e Reflexões Referentes á Prática da Análise de políticas Públicas no Brasil”. Planejamento e políticas públicas. Vol. 21. Brasília: Ipea, p. 211-259. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/parte5.pdf>>. Acesso em: 26/05/2017.
- GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2015.
- KLEIN, Amarolinda Zanela et al. **Metodologia de Pesquisa em Administração**: uma abordagem prática. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2015. 109 p. v. 1
- MAGALHÃES, André Matos de et e al. **A Experiência Recente do PRONAF em Pernambuco**: Uma Análise por meio de Propensity Score. [S.l.]: Scielo, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000100004>. Acesso em: 19 jul. 2017.
- MARONI, Márcia Maria Ferreira. **Qualidade de vida e perfil Socioeconomico dos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar** - da Marsoregião Cearense. 2006. 157 p. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas)- UFCE, Fortaleza, 2006, v.1.
- MATTEI, Lauro. **O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo**, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 71-79, jan. 2014.
- SABOURIN, Eric. **Que Política Pública para a Agricultura Familiar no segundo Governo Lula?**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set.-dez, 2007.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro, editora garamond, 2004.
- SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno**: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). Disponível em:<Desenvolvimento Rural-Tendências debates contemporâneos>. Ijuí: Unijuí, 2006; Acesso em:26/05/2017.

SCHNERIDER, Sergio. **A diversidade da Agricultura Familiar**. 2.ed. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, Celina . **Políticas Públicas**: Uma Revisão da Literatura. Porto Alegre, 2006. 1. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SOUZA, Nayara Oliveira de Souza. **AGRICULTURA FAMILIAR: CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES QUE COMERCIALIZAM SEUS PRODUTOS NA FEIRA DE SÁBADO À AVENIDA SANTA RITA, VIÇOSA-MG**. 2009. 17 p. artigo científico (Graduação em Geografia)- ufv, ufv, Minas Gerais, 2009. 1. Disponível em: <<http://www.linkws.com/webservices/lco/sucesso.htm>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

SITES CONSULTADOS:

Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/investimento-na-agricultura->>. Acesso em: 20/05/2017.

Disponível em: <[familiar-d%C3%A1-frutos-na-para%C3%ADba](#)>. Acesso em: 28/05/2017.

Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 31/05/2017.

Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/como-funciona-o-pronaf>>. Acesso em: 18/05/2017.

APÊNDICE

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO - CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO – UAEDUC
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Prezado Agricultor (a):

O presente instrumento de pesquisa constitui um dos elementos integrantes do trabalho de conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública UAEDUC/CDSA/UFCG como exigência para obtenção do **Certificado de Grau Superior em Gestão Pública**, que deverá subsidiar a etapa referente à pesquisa de campo, cujo objetivo central é **ANALISAR O PRONAF FRENTE AS SUAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIÁRIOS DESTE PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB** (estudo de caso). Solicitamos sua colaboração no sentido de responder esse **questionário** com precisão e prontidão ao roteiro aqui elaborado. Cabe destacar o sigilo relativo aos participantes, que neste estudo não há respostas certas ou erradas, bem como não haverá individualização de respostas. Esteja certo de que a sua participação é muito importante para o êxito dessa pesquisa. Cientes de sua valiosa contribuição, agradecemos antecipadamente.

Tuane Soares Pereira. E-mail: tuanesoare1672@gmail.com

Msc. Luiz Antônio Coêlho da Silva. Prof. orientador. E-mail: luidd@yahoo.com.br

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO Município: Sumé/PB

PERFIL DO ENTREVISTADO

1.Gênero: () Feminino () Masculino

2.Faixa etária:

() 18 a 21 anos () 22 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () acima de 51 anos

3.Escolaridade:

() Analfabeto () Fundamental completo () Fundamental incompleto

() Médio Completo () Médio incompleto () Superior completo () Superior incompleto

4.Se superior, qual curso? _____

5. Profissão: _____

6. Tem filhos? Quantos?

7. Quanto tempo aproximadamente o (a) senhor (a) trabalha como agricultor (a)?

() até 03 anos () 4 a 10 anos () 11 a 20 anos () 21 a 30 anos () acima de 30 anos

8. Quanto você ganha de renda mensalmente?

() Até 01 salário mínimo

() Entre 01 salário e 02 salários mínimos

() Acima de 02 salários mínimos

9. Faz parte de alguma associação? Qual?

PRONAF

10. Como você ficou sabendo do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF)? _____

11. Já fez algum tipo de financiamento ou empréstimo pelo PRONAF?

() Sim

() Não

Quantos? _____

12. Por que precisou fazer o financiamento/Empréstimo do PRONAF?

() Aumentar sua produção

() Comprar algum equipamento

() Não estava conseguindo manter sua propriedade

() Não estava conseguindo manter sua família

() Gostaria de melhorar sua propriedade

() Compra de animais

() Fazer ou ampliar algum tipo de irrigação

() Outros motivos: _____

13. Na sua opinião, o auxílio que o PRONAF oferece é importante para a melhoria do desempenho da sua propriedade e da sua produção?

() Sim () Não

() Parcialmente

14. Você atribui ao PRONAF alguma melhoria na sua produção?

() Sim () Não

() Parcialmente

Se sim por quê? _____

15. Você atribui ao PRONAF alguma melhoria no bem estar da sua família?

Sim Não

Parcialmente

Se sim por quê? _____

16. Houve alguma modificação na sua renda após o seu financiamento ou Empréstimo pelo PRONAF?

Aumentou Permaneceu a mesma Diminuiu Não sei dizer

17. Se sua renda aumentou, qual o uso dado: (marque mais de uma alternativa, se necessário):

Pagamento de dívidas

Compra de Máquinas e Equipamentos

Alimentação

Educação e capacitação

Saúde

Moradia

Vestuário

Compra de eletrodomésticos

Compra de Animais

Realização de benfeitorias na propriedade

Aquisição de terras

Outros (especifique): _____

18. Qual o grau de satisfação quanto a renda da sua família?

Satisfeito Insatisfeito Não sei responder

19. Qual o grau de satisfação sobre a educação que sua família recebe?

Satisfeito Insatisfeito Não sei responder

20. Qual o grau de satisfação quanto às instalações sanitárias da sua casa?

Satisfeito Insatisfeito Não sei responder

21. Você vende seus produtos na feira do município de Sumé-PB?

Sim Não

Se sim, por quê? _____

22. Você recebe o garantia Safra?

Sim Não

Se sim, você acha importante essa ação do PRONAF para os agricultores que sofrem com as perdas decorrentes das estiagens?

Sim Não

Por quê? _____

23. Se desejar faça algum comentário, justificativa ou acrescentar algum assunto referente à(s) questões acima, ou ainda, sobre algum tema não abordado. Fique a vontade!

Obrigado pela colaboração!

APÊNDICE B – FOTOS DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO COM OS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF NO SÍTIO PITOMBEIRA, SUMÉ-PARAIBA



Foto 01: Pesquisadora e Beneficiária do PRONAF.
Fonte: Fotos tiradas durante a pesquisa, 2017.



Foto 02: Pesquisadora e Beneficiário do PRONAF.
Fonte: Fotos tiradas durante a pesquisa, 2017.



Foto 03: Pesquisadora e Beneficiário do PRONAF.
Fonte: Fotos tiradas durante a pesquisa, 2017.



Foto 04: Pesquisadora e Beneficiária do PROANF
Fonte: Fotos tiradas durante a pesquisa, 2017.